

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA CORREIA MACHADO

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA FRENTE AO  
TRABALHO INFORMAL NO LITORAL PARANAENSE**

MATINHOS

2011

ADRIANA CORREIA MACHADO

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA FRENTE AO  
TRABALHO INFORMAL NO LITORAL PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada ao Curso de Pós Graduação em  
Questão Social pela Perspectiva  
Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Édina Vergara

MATINHOS

2011

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA FRENTE AO TRABALHO INFORMAL NO LITORAL PARANAENSE

ADRIANA CORREIA MACHADO<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este texto discute o trabalho informal na região litorânea do estado do Paraná, buscando compreendê-lo no contexto das políticas públicas de emprego e de assistência social que alcançam o trabalhador que não está amparado pelas leis trabalhistas. O estudo mostra que informalidade no trabalho cresce gradativamente nas regiões litorâneas do Estado e mesmo assim, pouco se sustenta fora de épocas sazonais de demanda como o verão; também os postos de trabalho formais declinam. O município de Matinhos situado no Estado do Paraná, será o foco do estudo através do levantamento de estatísticas sobre o crescimento do trabalho informal na Região. Ainda neste entendimento discutimos os pontos contraditórios entre o trabalho informal e o formal e as consequências do segundo em regiões litorâneas que, vivendo a sazonalidade, enseja uma eminente precariedade da vida do trabalhador. A conclusão nos remete a falta da efetividade das políticas públicas direcionadas ao trabalho, considerando a sazonalidade e a informalidade, preponderantes na Região.

**Palavras-chave:** Informalidade. Mercado de Trabalho. Economia. Sazonalidade. Serviço Social.

### ABSTRATC:

This paper discusses the informal work in the coastal region of Parana State, seeking to understand it in the context of public policies on employment and social assistance to reach the worker is not supported by labor laws. The study shows that informal work is gradually growing in the coastal regions of the state and still holds out some seasonal demand periods such as summer, also the formal jobs declines. The city of Matinhos / Pr will be the focus of the study through the analysis of statistics on the growth of informal work in the region. Yet this understanding discussed contradictory points between formal and informal work and the consequences of the second that in coastal regions, seasonal living, gives rise to an imminent precarious lives of workers. The conclusion reminds us of the lack effectiveness of public policy directed work , considering and informality, prevalent the region.

**Key words:** Informality. Work Market. Economy. Seasonality. Social Service

---

<sup>1</sup> Assistente Social pela UNICENTRO (2010). Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar. E-mail: adriana.correiamachado8@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento das atividades informais é tido pelo governo brasileiro como não sustentável para o desenvolvimento do país, pois estas não agregam as tributações e são exercidas por uma população que se utiliza dos serviços ofertados pelo setor público. Por outro lado, esta população que pertence às atividades informais, bem como as que provêm de atividades produtivas na formalidade e até mesmo aquelas que não exercem atividade produtiva, são em totalidade parâmetros para a divisão das transferências de recursos para os municípios.

O anseio por um espaço no mercado de trabalho pode-se articular efetivamente tanto na ação contra algumas formas de exploração do trabalho como também nas formas contemporâneas que se realizam fora do mundo produtivo, culminando a eminente inserção para o trabalho informal.

Segundo dados do IPARDES<sup>2</sup> (2011), a população ocupada – PO, segundo as atividades econômicas referente ao ano de 2000 era de 9.647 pessoas, ou seja, isso corresponde ao trabalho formal no Município de Matinhos, é relevante salientar que em consulta ao IBGE de Curitiba<sup>3</sup> foi constatado que inexistem dados estatísticos referentes ao trabalho informal no Município de Matinhos.

Para a aproximação com as intenções deste estudo, apresentamos um panorama sobre o trabalho informal e formal na região litorânea, destacando o município de Matinhos e, na sequência uma explicitação das políticas públicas de emprego direcionadas ao trabalhador formal, também explicitaremos a política de assistência social, como forma de pontuar o conjunto de ações empreendidas pelo governo no combate ao desemprego que visam alcançar os trabalhadores amparados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como aqueles que não estão assegurados na CLT.

---

<sup>2</sup> Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES  
Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>

<sup>3</sup> Visita ao Instituto de Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE; Setor de disseminação de Informação – Curitiba –PR

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### ***Políticas Públicas de Trabalho e Assistência no Brasil***

Antes de contextualizarmos as Políticas Públicas de Trabalho e Assistência no Brasil, iniciamos com uma breve reflexão sobre os diferentes entendimentos das Políticas Públicas no Brasil. De modo geral, as Políticas Públicas são consideradas ações inseridas pelo Estado como instrumentos normativos baseados em princípios com o objetivo de erradicar desigualdades existentes na sociedade e efetivar os direitos de diferentes grupos, sejam, étnicos, imigrantes, mulheres, pessoas com necessidades especiais, classes mais empobrecidas, entre outros.

Segundo Rocha (1996, p. 87) ao falar de Política Pública não se pode considerar "... a expressão *minoría* no sentido quantitativo, senão no de qualificação jurídica dos grupos contemplados ou aceitos com um cabedal menor de direitos, efetivamente assegurados, que outros, que detêm o poder".

Outra definição mais aberta e positiva "Política Pública é um conjunto de ações estudado, planejado e organizado pelo governo, com ou sem a participação dos setores privado e não-governamental", ou seja, políticas voltadas a resolução dos problemas específicos ou para o desenvolvimento da sociedade (SEBRAE - Guia de Políticas Públicas para o desenvolvimento Municipal, 2009).

Na visão de Fernandes (2007, p. 203) o campo das Políticas Públicas é unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, portanto livre do aspecto político propriamente dito, observados nas atividades partidárias eleitorais. Nesse sentido, Fernandes nos mostra que as Políticas Públicas não se atêm somente as atividades partidárias, mas podem ser importantes instrumentos de busca pela justiça e igualdade.

No Brasil, a política pública de intermediação de mão de obra assume várias dimensões, a mais comum é a participação direta dos governos estaduais, com atuação indireta, exercendo seu poder regulador e fiscalizador. Um dos objetivos da intermediação de mão de obra é a especialização nas atividades de transação no mercado de trabalho, desta forma armazenando as informações e o conhecimento

dos vários segmentos que fazem parte do mercado de trabalho, bem como as informações a respeito dos trabalhadores e vagas disponíveis. A finalidade dessas ações é a diminuição do tempo de procura por um novo emprego, ou seja, a recolocação do trabalhador ao mercado de trabalho em tempo reduzido, porém a efetividade dessa proposta ainda não tem se consolidado.

### ***Política Pública de Emprego***

As ações inseridas pelo Estado de combate ao desemprego e de proteção social ao trabalhador denomina-se de Políticas Públicas de Emprego (SERT)<sup>4</sup>, buscando minimizar os efeitos do desemprego observado no mercado de trabalho e sentido pelo próprio trabalhador, sem que representem redistribuição de renda e do próprio trabalho assegurado legalmente. Entretanto a política pública de intermediação de mão de obra responsável pelo combate ao desemprego é vinculada ao sistema capitalista, dessa forma ela reproduz o desemprego e não o contrário como deveria ser (ANTUNES, 1999).

Os meios utilizados para combater o desemprego no País não acompanham as mudanças ocorridas na esfera da produção, como a precarização das relações do trabalho. Salienta-se que entre essas mudanças surgem novas práticas de emprego como, por exemplo, os contratos temporários de trabalho, empregos informais, trabalho autônomo. Essas práticas tendem a limitar garantia de direitos trabalhistas desregulando as relações produtivas, em consequência disso aumenta a exploração da mão de obra sem qualificação e a qualificada (ANTUNES, 1999).

A política pública de emprego no Brasil aumentou sua força em meados anos 70 com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Sua estrutura foi formada com recursos provenientes do Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD)<sup>5</sup>, que propunha ações basicamente voltadas a intermediação da mão de obra, a orientação profissional, na emissão da carteira de trabalho. As tentativas

---

<sup>4</sup> Dados extraídos do documento de “Intermediação de Mão de Obra – Termo de Referência para o Sistema Nacional de Emprego”, 2002, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, PR.

<sup>5</sup> Atualmente já extinto, esse fundo era formado pela parcela da contribuição sindical compulsória destinada ao atual Ministério do Trabalho.

empreendidas pelos organismos públicos em estabelecer mecanismos de combate ao desemprego têm-se mostrado frágeis e inadequadas frente às mudanças ocorridas na esfera da produção. (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 2002)

Corroborando a visão de Antunes (1999), estas mudanças se fizeram acompanhar de uma intensa “reestruturação produtiva”<sup>6</sup>, de uma ampla “flexibilização” nas relações e condições de trabalho que culminaram na reconhecida “precarização” das relações de produção. Todos estes movimentos se deram em contraposição a um modelo fordista, de cariz rígido nos processos de subordinação dos trabalhadores que se plasmou pelos países de alto desenvolvimento industrial, principalmente da década de 80.

Segundo o IBGE (2003) o desemprego no Brasil praticamente dobrou. De 4,4 milhões em 1993 para 8,5 milhões em 2003. Isso representa 94%, ou seja, 4,1 milhões de indivíduos desempregados. No período citado foram criadas 12,7 milhões vagas de baixa remuneração, porém insuficientes a uma demanda de 16,8 milhões de brasileiros que entraram no mercado de trabalho. No período de maio de 1997 a maio de 2006 um novo dado apresenta no que se refere a renda e escolaridade. Um percentual de 12,3% nos mostra a queda na renda de pessoas com mais de 11 anos de estudo, contra 0,3% sem instrução ou com até um ano de estudo no mesmo período. Esta realidade nos comprova que o país contrata cada vez menos pessoas com nível maior de escolaridade, diminuindo a escolaridade no emprego.

Conforme a Intermediação de Mão de Obra (Termo de Referência para o Sistema Nacional de Emprego, 2002), as políticas de emprego podem ser caracterizadas como “ativas” ou “passivas”. Desde modo, as “políticas passivas” são as ações cuja preocupação é reduzir, ou neutralizar os efeitos provocados pelo desemprego. Por outro lado, as “políticas ativas” as que têm a finalidade de transformar e reduzir a dimensão do fenômeno do desemprego em si, criando as condições de emprego e acesso ao mercado de trabalho para os trabalhadores. (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, 2002)

De acordo com o Termo de Referência para o Sistema Nacional de Emprego elaborado em 2002 pelo MTE<sup>7</sup> No campo do emprego, o Seguro-Desemprego e a

---

<sup>6</sup>Reestruturação produtiva: Fenômeno ligado as mudanças produtivas, onde as indústrias para obterem maior competitividade se reestruturam, ex. terceirização, informalidade.( ANTUNES, 1999 p.77)

<sup>7</sup> Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Intermediação de Mão de Obra são instrumentos das chamadas “políticas passivas”. Dentre as “políticas ativas” incluem-se os investimentos diretos, os créditos seletivos, a educação, a formação profissional, a capacitação e reconversão do trabalhador. (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, 2002)

As recentes alterações dadas pela Lei 8900, de 30 de junho de 1994<sup>8</sup>, ampliaram as ações de combate ao desemprego e o universo de trabalhadores contemplados. Assim, seu objetivo passa a ser o de “prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa-causa inclusive a indireta; e auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional”.

### ***Política Pública de Assistência Social***

A Política Pública de Assistência Social se organiza de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sociais visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais. É uma forma do Estado, propor o enfrentamento das consequências geradas pela questão social.

Em conformidade com o artigo primeiro da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>9</sup> “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social brasileira. Incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em dezembro de 1993, como política pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria

---

<sup>8</sup> Lei Federal 8.900, de 30 de junho de 1994 – Dispõe sobre o benefício do seguro desemprego,; altera o dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Brasília-DF: 30 de junho de 1994. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_3/leis/L8900.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/L8900.htm)

<sup>9</sup> Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS



uma nova matriz para política de assistência social, inserindo-se no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da seguridade social, configurando-se o triângulo juntamente com a saúde e a Previdência Social.

A inserção na seguridade social aponta, também, para seu caráter de política de proteção social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Segundo Di Giovanni (1998), entende-se por proteção social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. Ainda neste entendimento Di Giovanni (1998), afirma que tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais, como por exemplo, a comida e o dinheiro, quanto aos bens culturais, como os saberes, que permitirá à sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social.

Desta forma, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de sua atuação principal.

De acordo com o SUAS<sup>10</sup> (2005) a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. O que é altamente idealizado, considerando a materialidade de vulnerabilidade social ainda vivida por muitas famílias que estão em miséria absoluta, vivendo em condições de mendicância.

A proposição da segurança de rendimentos não é uma compensação do valor mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã (SUAS, 2005).

A segurança da vivência familiar ou segurança do convívio é uma das demandas colocadas à Política de Assistência. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento de identidade, as barreiras das relações criadas por

---

<sup>10</sup> Sistema Único da Assistência Social – SUAS, modelo de gestão política implantado pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou intolerâncias estão no campo do convívio humano (SUAS, 2005).

Neste sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas pelos cidadãos brasileiros, porém ainda deverá ser intensificada, considerando as expressões ainda assustadoras que provém do modo de produção capitalista em que vivemos.

A origem da questão social se deu na Europa do século XIX, onde surge demanda populacional de operários oriunda da entrada do maquinário, em substituição as atividades de manufatura, estes, advindos, principalmente do meio rural, superlotaram as cidades em busca de trabalho.

No ápice da aceleração industrial, inicia o processo de migração campo-cidade, onde ocorre o processo de urbanização, concomitantemente, com o crescimento das classes sociais urbanas. Estas passam a exigir novas respostas para a reprodução da vida social na cidade, em frente ao Estado, exigindo posicionamentos concretos

Segundo Aguiar (1995), estes operários viviam em grau de extrema pobreza e miséria devido à exploração criada pelo sistema capitalista no auge do desenvolvimento das indústrias. Entretanto, esse momento da história era crítico, pois, os problemas sociais tornavam-se mais intensos e complexos. É neste cenário que a Igreja viu-se obrigada a atuar diante da questão social, considerado por ela, deliberadamente, imoral e deplorável para a sociedade.

Essa vida cotidiana desumana (ou seja, não humana) faz com que os homens sequer cheguem à consciência de que são eles que fazem a sua própria história. E, por isso, o que deveria ser uma evidência se transforma num grave problema filosófico que pode ser resumido, muito introdutoriamente, nesta pergunta: se os homens são os artífices de sua própria história, por que eles não tem sido capazes de construir uma sociedade verdadeiramente humana? Se os homens constroem a si próprios, por que são tão desumanos não apenas com os outros, mas também com aqueles que amam e mesmo consigo próprios? Se não há uma essência humana que imponha um destino à humanidade, como querem os conservadores, de onde vem essa força que frequentemente empurra as nossas vidas para onde não desejamos, por vezes transformando nossos mais belos sonhos em pesadelos (LESSA, 2008, p.15).

A citação acima esboça que um sistema excludente é capaz de produzir nos seres humanos a perda da identidade, fazendo com que estes não consigam ter clara visão enquanto sujeitos históricos, capazes de reconstruir uma sociedade livre, mais justa e humana de fato.

Os efeitos que as máquinas produziam não ficavam apenas no âmbito das fábricas, mais transcendiam pela sociedade que começava a senti-los em seu cotidiano afetado diretamente pelo capitalismo. Desta forma o modo de produção capitalista passa a produzir idéias, pensamentos na sociedade, ou seja, a ditar a produção de diferentes formas de idéias, imprescindíveis à produção de novas mercadorias e novas necessidades de consumo.

Na perspectiva de Iamamoto (1982) o início do sistema capitalista é marcado pelo novo modo de produção e pelas relações sociais<sup>11</sup> decorrentes deste processo. Uma de suas características é a posse privada dos meios de produção por uma classe e a exploração da força de trabalho daqueles que nada possuem.

O ideário da acumulação do capital e da exploração da mais-valia<sup>12</sup> inserido na estrutura da sociedade, é imposto pelo novo sistema, passando a exigir a concentração dos trabalhadores nos arredores das fábricas, dando início às cidades industriais.

É importante também, destacar as considerações de Carvalho e Iamamoto (1983) sobre a questão social no Serviço Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

Nesse sentido, Iamamoto expressa a contradição do modo de produção capitalista fundada na apropriação da riqueza gerada socialmente. Ora, fica explícita que a maioria dos trabalhadores que produzem essa riqueza, não usufruem dela, em

---

<sup>11</sup> Relações Sociais: Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social (IAMAMOTO, 1982, p.30).

<sup>12</sup> Mais-valia: Entre as mercadorias existentes na produção capitalista, a mais importante é a força de trabalho que seu proprietário, o trabalhador, é obrigado a vender ao capitalista em troca de um salário. É a mercadoria mais importante porque a sua utilização permite criar um valor superior ao valor da própria força de trabalho, isto é, permite criar uma *mais-valia* (SANDRONI, 1985.p.35).

conseqüência dessa desigualdade ocorrem as expressões da questão social entre elas podemos citar o desemprego, a fome, a violência, e a criação de novas atividades laborais como os catadores de papel, os sacoleiros, os vendedores ambulantes, entre outros, como ocorre fortemente no Litoral Paranaense.

### ***Reflexões sobre o Trabalho Informal***

O trabalho informal, genericamente, tem sido percebido no Brasil como problema econômico e social, pois representa rupturas com um padrão contratual único (ou quase único), isto é, o contrato formal. Os entendimentos de informalidade são tanto mais problemáticos quanto mais discutimos a noção de "padrões mínimos sociais" (ANTUNES, 1999).

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nos dá o ensejo de trabalho formal, pois consta como requisitos da respectiva Lei privilégios e deveres do trabalhador formal, como por exemplo, o direito a aposentadoria, FGTS, seguro-desemprego, indenizações ao empregado em caso de rescisão contratual por parte do empregador entre outros direitos ameaçados pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual criou o Projeto de Lei 5483/2001 que foi aprovado pela maioria da Câmara dos Deputados que cogitava a possibilidade de tornar-se flexível direitos inerentes aos trabalhadores, como décimo terceiro, licença maternidade e as férias.

Felizmente isso não ocorreu, o Senado Federal não deu continuidade a esta medida que desrespeitava o **Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas**, o qual está amparado no art.468 da Consolidação das Leis Trabalhistas, o qual preceitua que nos contratos individuais de trabalho só é lícita à alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

No ano de 2010 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) obteve mudanças legais, como por exemplo, a aprovação da lei 11.770/2008<sup>13</sup> que aumenta

---

<sup>13</sup> Projeto de Lei aprovado, Brasília-DF: 06 de setembro de 2008: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm)

a licença maternidade de 120 dias para 180 dias, mudanças estas, que nos fazem ter um posicionamento do nosso real valor no trabalho formal, nos colocando a dúvida de adentrarmos a um trabalho incerto da informalidade.

Ainda nesta perspectiva, adotou-se um posicionamento que o trabalho informal acaba não sendo objeto de discussão da sociedade, visto que este tipo de trabalho é dirigido pelos seus próprios autônomos e prestadores de serviços, ou seja, acaba não sendo objeto de mudanças por parte do Governo, salvo por óbvio, se estes estão com a finalidade de regularização da atividade informal com o fim de contribuição de impostos.

De outro modo, amparado na forma legal, o trabalho formal, poderá facilmente passível de discussão, por mais “legais” que se apresente, não deixa de ter seu caráter exploratório. Poderá ser suscetível a exploração, pois os empregadores, em alguns casos se opõem aos requisitos dos contratos formais – os que estão em conformidade com as Leis-, e aderem a sua própria “Lei”, como por exemplo, o aumento da atividade laborativa, ocasionando um excesso de jornadas extraordinárias no trabalho. Para confirmar esta análise, ANTUNES (1999):

Os trabalhadores no final do século XX incorporam, também-e isso me parece decisivo infirmar, para recusar a tese da perda da importância do mundo do trabalho-, em escala mundial, do Japão ao Brasil, do EUA à Coréia, da Inglaterra ao México e à Argentina, o proletariado precarizado, o que eu chamei no meu livro *Adeus ao Mundo do Trabalho?* De o subproletariado moderno, fabril e de serviços, é part time<sup>14</sup>, que é caracterizado pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, como são os trabalhadores do Mc Donald's, dos setores de serviços, dos *Fast foods*, que o sociólogo do trabalho inglês Huw Beyon chamou recentemente (no mesmo espírito do que eu mencionava anteriormente como sendo a classe-que-vive-do-trabalho) de *operários hifenizados*, são operários em trabalho parcial, trabalho precário, trabalho –por-tempo, por-hora (ANTUNES, 1999, p. 199).

Sendo assim, cabe constatar que nem todo trabalho informal é ilegal, da mesma forma, o trabalho formal, poderá ser ilegal, mesmo que seja formal, se este tiver corroído por desrespeitos aos dispositivos da Constituição Federal e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

---

<sup>14</sup> Part-time é caracterizado como um emprego com horários reduzidos e, portanto, seus benefícios e salários são menores.

### **3. ANALISANDO O TRABALHO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE MATINHOS**

Os trabalhadores informais da região do litoral ou do município de Matinhos exercem suas atividades sem contribuir diretamente com a arrecadação de impostos, não usufruindo dos benefícios e do amparo do governo como o FGTS, o INSS, Seguro Desemprego e outros. O grande problema histórico gerado pelo trabalho informal é que o trabalhador fica desprotegido das leis trabalhistas, em especial frente às aposentadorias, pois a maioria não recolhe a Previdência Social.

No Paraná de acordo com as estatísticas do IPARDES (2005) entre os anos 2000 e 2005 houve um crescimento na geração de emprego formal nas atividades de turismo na região. No respectivo período compreendido a inserção foi de 43,5%. Deste modo, essas estatísticas “aumentam” as possibilidades de vagas para trabalhador formal, também aumentam a “ilusão” daqueles que sobrevivem do trabalho informal, que culmina o ensejo de lucros e de ter o seu ‘próprio negócio’ aderem à forma autônoma de trabalho, em época e fora de época sazonal. Assim, gerando mais problemas sociais.

O crescimento do turismo está relacionado como uma das causas para o ingresso ao trabalho informal, ora um Município que atinge um percentual de turismo relativamente alto traz um aumento de trabalho formal e também informal, um exemplo é o Rio de Janeiro na Copa de Mundo de 2014. Segundo Orlando Silva ex-Ministro do Esporte a Copa do Mundo gerará 700 mil empregos em todo o Brasil, sendo 380 mil postos de trabalho abertos no curso da preparação do país para a Copa<sup>15</sup>.

### **4. CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFORMAL NO LITORAL**

O desemprego é o fator principal da pobreza e enseja uma eminente migração das populações que vivem e sobrevivem do Trabalho Informal nas regiões litorâneas. A escassez de trabalho nos períodos de baixa temporada é um dos

---

<sup>15</sup> De acordo com os dados do site: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-06/copa-do-mundo-deve-gerar-700-mil-empregos-no-pais>

fatores negativos do trabalho informal no Brasil, pois da mesma forma que este gera um novo setor de trabalho, atingindo 15,3 milhões de brasileiros a uma fonte de renda de outro modo ele exercido em regiões litorâneas resulta em uma precariedade econômica da população que pertence a este setor<sup>16</sup>.

É difícil falar de desemprego e a consequente pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer, sem mais, uma causalidade imediata entre pobreza e migração.

Mais apropriadamente, podemos afirmar que os dois componentes em questão têm funcionado, na história do país, como duas faces de uma realidade mais ampla. Constituem, simultaneamente, causa e efeito dos problemas estruturais da sociedade brasileira.

Não se pode atribuir unicamente às migrações a pobreza e a violência, como fazem muitas vezes o senso comum, de outro modo, também não se pode responsabilizar somente a precariedade de trabalho nas regiões do litoral.

O “esvaziamento” nas praias devido à baixa temporada atinge também a atividade econômica do Município de Matinhos resultando em um eminente desemprego, no que se refere ao trabalho temporário, que acompanha o fim do período sazonal. Tão comum quanto o trabalho temporário em regiões litorâneas, o trabalho informal têm crescido gradativamente gerando uma preocupação na economia do País e entre outras regiões litorâneas, o Município de Matinhos, onde abastece essa forma de trabalho em períodos sazonais.

O direito fundamental de ir e vir, está na base de qualquer programa de luta pela cidadania. Na sociedade brasileira atual, contudo, a grande maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam sua terra e seus afins não por um ato livre, mas por insegurança de uma estabilidade financeira, sendo deste modo seu êxodo atribuído ao fator sobrevivência.

---

<sup>16</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), <http://www.ibge.gov.br/home/>.

## 5. RESULTADOS DA ANÁLISE DE CAMPO

Em uma pesquisa de campo no Município de Matinhos, foram abordados 10 trabalhadores ambulantes informais de idade entre 33 a 58 anos, sendo 8 homens e 2 mulheres que exercem suas atividades informais –como vendedores ambulantes do gênero alimentício e vestuário- na Av. Atlântica no balneário de Caiobá, com intuito de analisar os fatores preponderantes ao trabalho informal e a sazonalidade.

Em entrevista aberta foram observados os seguintes fatores: Dos entrevistados verifica-se que apenas 1 afirmou a estabilidade financeira fora da época sazonal, deste modo 90% dos trabalhadores informais entrevistados do Município de Matinhos aderem uma outra atividade tipicamente informal para sobreviver dependendo da prestação de serviços domésticos e na construção civil fora da época sazonal. Salienta-se ainda que a maioria dos entrevistados afirmaram que vivem em situação material precária o restante do ano, pois nem sempre esses serviços são ofertados, ocasionando problemas financeiros.

Outra informação pertinente foi em relação ao crédito, todos afirmaram que não efetuam compras a prazo, devido a burocracia exigida na comprovação da renda, por este motivo optam pelo pagamento à vista. Diante desses fatores, conclui-se que, nem sempre as compras a vista são vantajosas, pois ficam impossibilitados de adquirirem os bens e serviços mais caros ofertados pelo mercado.

Ainda neste delinear sobre a presente pesquisa, considera-se agravante o fato de que entre os 10 entrevistados apenas 1 contribui - na condição de autônomo - para previdência social, ou seja, vislumbra um futuro com uma aposentadoria garantida. Entretanto, os outros pesquisados que não contribuem, afirmaram que se sentem inseguros em relação ao futuro, bem como a eventuais acidentes, uma vez que ocorrendo alguma intercorrência nesse sentido, estarão desamparados pelas Leis trabalhistas. É relevante salientar que nos casos onde não se exigem contribuição à Previdência –como é o caso da informalidade - as pessoas acabam não pagando a contribuição previdenciária por não ter obrigação legal.

As Leis não asseguram o trabalhador informal, ou seja, sem carteira de trabalho assinada, e, portanto no caso de acidentes de trabalho, esses trabalhadores informais de Matinhos, não possuem meios para prover seu sustento



diário, além das atividades exercidas por eles próprios, tendo que viver em situação precária, recorrendo a política da assistência social por meio do recebimento de cestas básicas, ou até mesmo a ajuda de parentes ou moradores da própria comunidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa buscou-se problematizar o trabalho informal na região litorânea do estado do Paraná como reflexo de uma das questões sociais de extrema importância às políticas públicas de assistência social e de emprego. Infelizmente, verifica-se que essas políticas são paleativas às demandas do trabalhador informal, o qual não está amparado pelas leis trabalhistas que contemplam somente o trabalho formal.

Percebe-se que a atualidade econômica produz situações de precarização das condições de vida, do crescente desemprego e da informalidade do trabalho, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade, aflorando nitidamente diversas questões sociais. Sendo assim, a “classe que vive do trabalho”<sup>17</sup> expressão esta utilizada pelo conceito marxista em relação à classe trabalhadora, é empurrada ao trabalho informal, muitas vezes por falta de oportunidade de um trabalho formal, ou sonhando com maiores ganhos e de ter o seu almejado negócio próprio.

O trabalho informal se legitima, muitas vezes, na ideia de trabalho autônomo, na fuga ou isenção de impostos, potenciais lucros até mesmo acima das médias salariais da maioria. A sazonalidade de determinadas regiões, como no caso do Litoral Paranaense também é um fator determinante para a informalidade. Mas todos estes são seduzidos por uma lógica meritocrática, que, inerente à lógica da concorrência capitalista não permitirá o sucesso a todos os empreendedores. Trará

---

<sup>17</sup> Classe que vive do trabalho: A expressão “classe que vive do trabalho”, que Antunes utiliza, tem como objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. (ANTUNES, 1999 p. 101)

a todos apenas as limitações de direitos que o trabalhador só adquire no exercício formal de seu trabalho.

As conseqüências de um trabalho informal não acabam em limitações de direitos, mas agravam-se na precariedade, fome e a eminente migração, tanto assim se revelam que ensejam políticas públicas compensatórias, como enfrentamento, destacando a *intermediação de mão-de-obra*. Porém, a política de emprego não abrange todos os trabalhadores que se encontram, na informalidade ou desempregados, em decorrência disso alguns trabalhadores têm nas atividades consideradas “marginais”, como por exemplo: “bicos”; vendas de produtos contrabandeados; catação de papel; dentre outras, em alguns casos recorrem a programas de assistência social, como forma de sobrevivência. Ora, não podemos esquecer que suas estratégias estão enraizadas ao sócio metabolismo do capital, os quais produzem movimentos que ampliam e ao mesmo tempo repelem a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, e no momento que essa classe é retraída, se produz uma superpopulação relativa<sup>18</sup> provocada por critérios de elegibilidade instituídos pela política de emprego, esses movimentos são próprios da lógica capitalista que necessita dessa reprodução para seu desenvolvimento, por isso o desemprego é inerente ao processo que legitima o sistema capitalista.

Portanto, faz-se necessária a introdução de reflexões sobre a Política de Emprego brasileira, no sentido desta ser reformulada de forma que possa amparar, dentro das Leis trabalhistas, o trabalhador informal e assim, atentando para essa nova prática de trabalho que vem crescendo significativamente no País, nesse caso a informalidade.

Contudo, torna-se necessário a efetivação da Política Pública de Emprego o Município de Matinhos, no sentido desta dar respostas à questão social gerada pela informalidade, no cumprimento da sua finalidade, através da abertura de mais postos de trabalho em Matinhos e na região do Litoral do Paraná.

Diante desses fatos, é relevante afirmar que são restritas as discussões a respeito do trabalho informal no Brasil, neste sentido ocorre a falta de mudanças, por parte do Governo Federal, cuja finalidade seja à inclusão destes trabalhadores no âmbito da proteção das Leis trabalhistas. As discussões a respeito do trabalho

---

<sup>18</sup> Superpopulação relativa: Conceito de Marx que significa a população operária (trabalhador) que se torna supérflua, ou sobrança, devido a acumulação do capital por parte da burguesia, ou classe dominante e empresariado, termos utilizados atualmente. <http://www.coladaweb.com/economia/emprego-e-desemprego>

informal no litoral e no Brasil são necessárias para a elaboração de alternativas de enfrentamento dos problemas gerados por essas “novas formas”<sup>19</sup> de trabalho, que colocam em risco a garantia dos direitos trabalhistas, atualmente ameaçados pela desregulamentação das relações produtivas, aumentando o fenômeno da exploração da mão de obra qualificada ou não.

---

<sup>19</sup> Novas formas: Novas formas produtivas, que originam a precarização do trabalho. Ex: informalidade, tereceirização. (ANTUNES, 1999 p. 93)

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. **Informações sobre a copa do mundo de 2014**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-06/copa-do-mundo-deve-gerar-700-mil-empregos-no-pais>, acesso em 04/09/2011.

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 5.ed. São Paulo: Cortez: Piracicaba. SP: Universidade Metodista de Piracicaba.1995.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999.

BRASIL. Lei Federal 11.770, de 9 de setembro de 2008 – Destinada a prorrogação de 60 (sessenta) dias da licença maternidade; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília-DF: 06 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm)>. Acesso em 05/11/2011.

BRASIL. Lei Federal 8.900, de 30 de junho de 1994 – Dispõe sobre o benefício do seguro desemprego,; altera o dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Brasília-DF: 30 de junho de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_3/leis/L8900.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/leis/L8900.htm)>. Acesso em 05/11/2011.

**Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Emprego e Desemprego. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/economia/emprego-e-desemprego>>. Acesso em 06/12/2011.

FERNANDES, A. S. A. **Políticas Públicas**: Definição evolução e o caso brasileiro na política social, 2007.

GIOVANNI, G. Di. **Sistemas de proteção Social**: uma introdução conceitual. In: Reforma do Estado. Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, UNICAMP, IE, 1998.

Guia de Políticas Publicas para o desenvolvimento Econômico Municipal. Disponível em:<<http://www.slideshare.net/tipuri/guia-de-politicas-pblicas-par-o-desenvolvimento-econmico>>. Acesso em 05/12/2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 25/09/2011.

LESSA, S.; TONET, I.. **O trabalho e a sociedade**. In: Introdução a Filosofia de Marx. São Paulo; Expressão Popular, 2008.

Norma Operacional Básica. Brasília, DF, MDS, 2005.

Norma Operacional Básica, NOB/SUAS, Contribuindo as Bases para a Implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, MDS, 2005.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/01/desafios-do-governo-dilma-trabalho.html>, acesso em 04/09/2011.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 29/09/2011.

SANDRONI, P. **O que é mais-valia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos: 32)

Secretaria do Emprego e relações de Trabalho - SERT, Intermediação de Mão-de-Obra, Termo de Referência para o Sistema Nacional de Emprego, Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Estado do Paraná, 2002.

TEIXEIRA, F.. J. S.; ALVES, G..; MENELAU NETO, J.; OLIVEIRA, M. A. de (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. Ed. Cortez/UECE, São Paulo, 1998.